

**2<sup>a</sup> edição:** revista, ampliada e atualizada

6

1<sup>a</sup> fase

coleção

OAB

Organizadores da Coleção:  
Leonardo Garcia e Roberval Rocha



# Direito Processual Penal

Leonardo Barreto Moreira Alves

## INCLUI

- ✓ Questões da OAB/FGV inseridas no decorrer do texto
- ✓ Palavras e expressões em destaque, facilitando o aprendizado



**EDITORIA**  
*JusPODIVM*  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# SUMÁRIO

<b>NOTA DOS COORDENADORES DA COLEÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....</b>	<b>27</b>
1. Noções gerais sobre o Direito Processual Penal .....	27
2. Fontes do Direito Processual Penal.....	27
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>31</b>
1. Considerações preliminares sobre os princípios .....	31
2. Princípios constitucionais do processo penal.....	31
2.1. Princípios constitucionais explícitos do processo penal .....	31
2.1.1. Princípio da presunção da inocência ou do estado de inocência ou da situação jurídica de inocência ou da não culpabilidade (art. 5º, LVII, CF) ..	31
2.1.2. Princípio da igualdade processual ou da paridade das armas – <i>par conditio</i> (art. 5º, <i>caput</i> , CF) .....	31
2.1.3. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, CF) .....	31
2.1.4. Princípio da plenitude da defesa (art. 5º, XXXVIII, alínea “a”, CF) .....	33
2.1.5. Princípio da prevalência do interesse do réu ou <i>favor rei, favor libertatis, in dubio pro reo, favor inocente</i> (art. 5º, LVII, CF) .....	33
2.1.6. Princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência (art. 5º, LV, CF) .....	33
2.1.7. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, CF) .....	34
2.1.8. Princípio da publicidade (art. 5º, LX e XXXIII, e art. 93, IX, CF) .....	34
2.1.9. Princípio da vedação das provas ilícitas (art. 5º, LVI, CF) .....	34
2.1.10. Princípios da economia processual, celeridade processual e duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CF) .....	35
2.1.11. Princípio constitucional geral do devido processo penal – devido processo legal ou <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF) .....	35
2.2. Princípios constitucionais implícitos do processo penal .....	36
2.2.1. Princípio de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo ou da não autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ) .....	36

Sumário	
2.2.2. Princípio da iniciativa das partes ou da ação ou da demanda ( <i>ne procedat judex ex officio</i> ) e princípio consequencial da correlação entre acusação e sentença .....	36
2.2.3. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	37
2.2.4. Princípio do juiz imparcial .....	38
2.2.5. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal .....	38
2.2.6. Princípio da vedação da dupla punição e do duplo processo pelo mesmo fato ( <i>ne bis in idem</i> ) .....	39
3. Princípios do processo penal propriamente ditos .....	39
3.1. Princípio da busca da verdade real ou material .....	39
3.2. Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatide e da identidade física do juiz .....	40
3.3. Princípio da comunhão ou aquisição da prova .....	41
3.4. Princípio do impulso oficial .....	41
3.5. Princípio da lealdade processual .....	41
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO .....</b>	<b>43</b>
1. Princípio da territorialidade (art. 1º CPP) .....	43
2. Exceções à regra da territorialidade .....	44
2.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional (art. 1º, I, CPP) .....	44
2.2. Jurisdição política (art. 1º, II, CPP) .....	44
2.3. Justiça Militar (art. 1º, III, CPP) .....	44
2.4. Tribunal de Segurança Nacional (art. 1º, IV, CPP) .....	44
2.5. Lei de Imprensa (art. 1º, V, CPP) .....	45
2.6. Legislação especial (art. 1º, parágrafo único, CPP) .....	45
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO .....</b>	<b>47</b>
1. Regra geral (art. 2º CPP) – princípio do efeito imediato ou princípio da aplicação imediata .....	47
2. Exceção (art. 3º LICPP) .....	47
3. Normas processuais penais materiais ou mistas ou híbridas (art. 2º LICPP) .....	47
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>49</b>
1. Espécies de interpretação da Lei Processual Penal .....	49

Sumário	
1.1. Quanto ao sujeito que a realiza ou à origem .....	49
1.2. Quanto aos meios empregados ou ao modo .....	49
1.3. Quanto aos resultados .....	50
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>INQUÉRITO POLICIAL .....</b>	<b>53</b>
1. Conceito .....	53
2. Polícia judiciária (art. 4º, <i>caput</i> , CPP e art. 144, <i>Caput</i> , § 1º, I e IV, e § 4º, CF) .....	53
3. Outras investigações criminais (art. 4º, parágrafo único, CPP) .....	54
4. A investigação criminal presidida pelo Ministério Pùblico .....	54
5. Características do inquérito policial .....	55
6. Início do inquérito policial (art. 5º, I, II e § 3º, CPP) .....	57
7. Interferência da espécie de ação penal na instauração do inquérito policial (art. 5º, §§ 4º e 5º, CPP) .....	58
8. <i>Notitia criminis</i> ou notícia do crime .....	58
9. Diligências investigatórias (arts. 6º e 13 CPP) .....	58
10. Reprodução simulada dos fatos ou reconstituição do crime (art. 7º CPP) .....	59
11. Prazo para conclusão do inquérito policial (art. 10, <i>caput</i> e § 3º, CPP) .....	59
12. Relatório final (art. 10, §§ 1º e 2º, CPP) .....	60
13. Destino do inquérito policial (arts. 11, 19 e 23 CPP) .....	60
14. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade (art. 12 CPP) .....	61
15. Discretionalidade do inquérito policial (art. 14 CPP) .....	61
16. Curador (art. 15 CPP) .....	62
17. Novas diligências requeridas pelo ministério público (arts. 16 e 47 CPP) .....	62
18. Arquivamento do inquérito policial (art. 17 CPP) .....	62
19. Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação (art. 28 CPP) .....	63
20. Desarquivamento do inquérito policial (art. 18 CPP e súmula 524 STF) .....	64
21. “Competência” em inquérito policial (art. 22 CPP) .....	65
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>AÇÃO PENAL .....</b>	<b>67</b>
1. conceito .....	67
2. espécies (art. 100 CP e art. 24, <i>caput</i> , CPP) .....	67
3. casos especiais .....	68
3.1. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público praticado no exercício de suas funções (Súmula 714 STF) .....	68

## Sumário

3.2. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (art. 225 CP) .....	68
3.3. Ação penal no crime de injúria qualificada ou injúria racial (art. 145, parágrafo único, CP) .....	69
3.4. Ação penal <i>ex officio</i> (art. 654, §2º, CPP) .....	69
4. Condições da ação penal (art. 395, II e III, CPP) .....	70
5. Ação penal pública.....	73
5.1. Princípios regentes .....	73
5.1.1. Princípio da obrigatoriedade (ou legalidade processual) da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal .....	73
5.1.2. Princípio da oficialidade .....	74
5.1.3. Princípio da oficiosidade .....	74
5.1.4. Princípio da autoritariedade .....	74
5.1.5. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade .....	74
5.2. Representação do ofendido .....	75
5.3. Requisição do Ministro da Justiça .....	77
6. Ação penal privada.....	78
6.1. Legitimação ativa .....	78
6.2. Princípios regentes .....	79
6.2.1. Princípio da oportunidade ou da conveniência .....	79
6.2.2. Princípio da disponibilidade .....	79
6.2.3. Princípio da indivisibilidade da ação penal privada (art. 48 CPP) .....	79
6.2.4. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade .....	80
6.3. Decadência .....	80
6.4. Renúncia .....	80
6.5. Perdão .....	81
6.6. Perempção (art. 60 CPP) .....	82
6.7. Espécies de ação penal privada .....	82
6.7.1. Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita .....	82
6.7.2. Ação penal privada personalíssima .....	83
6.7.3. Ação penal privada subsidiária da pública ou supletiva (art. 5º, LIX, CF, e art. 29 CPP) .....	83
7. Denúncia ou queixa .....	84
7.1. Formalidades essenciais para a elaboração da denúncia ou queixa-crime (arts. 41 e 44 CPP) .....	84
7.2. Prazo para oferecimento da denúncia (art. 46, <i>caput</i> , CPP) .....	86
7.3. Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 CPP) .....	87

## Sumário

8. Intervenção do Ministério Público na ação penal privada .....	87
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>.....</b>	89
1. Conceito.....	89
2. Sentença penal condenatória como título executivo (art. 63 CPP) .....	89
3. Ação para resarcimento do dano (art. 64 CPP) .....	90
4. Excludentes de ilicitude (art. 65 CPP).....	91
5. Causas que possibilitam a ação civil indenizatória (arts. 66 e 67 CPP).....	91
6. Legitimidade para oferecimento da ação civil <i>ex delicto</i> no caso de interessado pobre (art. 68 CPP).....	91
<b>CAPÍTULO IX</b>	
<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....</b>	93
1. Jurisdição.....	93
2. Competência.....	93
3. Competência territorial ( <i>ratione loci</i> ).....	94
3.1. O lugar da infração penal como regra geral (art. 70 CPP) .....	94
3.2. O domicílio ou residência do réu como foro supletivo (art. 72 CPP) .....	96
3.3. Ação penal exclusivamente privada (art. 73 CPP) .....	96
4. Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ) ou pela natureza da infração (art. 74 CPP) .....	96
4.1. Competência do Tribunal do Júri .....	96
4.2. Competência da Justiça Eleitoral .....	97
4.3. Competência da Justiça Militar .....	97
4.4. Competência da Justiça Federal .....	98
5. A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva (art. 75 CPP) .....	102
6. A competência por conexão e continência – alteração de competência (arts. 76 e 77 CPP).....	103
7. Foro prevalente (art. 78 CPP).....	104
8. Separação obrigatória de processos (art. 79 CPP).....	105
9. Separação facultativa de processos (art. 80 CPP).....	106
10. Perpetuação da jurisdição – <i>perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 CPP).....	106
11. Autoridade da jurisdição prevalente (art. 82 CPP) .....	107
12. A prevenção como critério residual de fixação da competência (art. 83 CPP) .....	107
13. Competência em razão da prerrogativa de foro ( <i>ratione personae</i> ) .....	108
13.1. Perpetuação da jurisdição em caso de foro privilegiado (art. 84, § 1º, CPP) .....	110

## Sumário

13.2. Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa (art. 84, § 2º, CPP) .....	111
13.3. Exceção da verdade nos crimes contra a honra (art. 85 CPP) .....	111
14. Regras de aplicação da Lei Processual Penal no espaço (arts. 88 a 91 CPP) .....	111

## CAPÍTULO X

### QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....

1. Questões prejudiciais (arts. 92 a 94 CPP).....	113
2. Exceções (arts. 95 a 111 CPP) .....	114
2.1. Exceção de suspeição (arts. 96 a 107 CPP) .....	115
2.2. Exceção de incompetência (arts. 108 e 109 CPP) .....	116
2.3. Exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada (art. 110 CPP) .....	117
3. Incompatibilidades e impedimentos (art. 112 CPP).....	118
4. Conflito de jurisdição (arts. 113 a 117 CPP).....	118
5. Restituição das coisas apreendidas (arts. 118 a 124 CPP).....	119
6. Medidas asseguratórias (arts. 125 a 144 CPP).....	120
6.1. Sequestro (arts. 125 a 133 CPP) .....	120
6.2. Hipoteca legal (arts. 134 e 135 CPP) .....	121
6.3. Arresto (arts. 136 a 144 CPP) .....	122
7. Incidente de falsidade (arts. 145 a 148 CPP).....	123
8. Insanidade mental do acusado (arts. 149 a 154 CPP).....	124

## CAPÍTULO XI

### PROVA.....

1. Sistemas de avaliação da prova (art. 155 CPP) .....	127
2. Ônus da prova e atividade probatória do juiz (art. 156 CPP) .....	128
3. Meios de prova (art. 157 CPP) .....	128
4. Finalidade e objeto da prova .....	129
5. Classificação da prova .....	131
6. Provas em espécie .....	131
6.1. Prova pericial (arts. 158 a 184 CPP) .....	131
6.2. Interrogatório (arts. 185 a 196 CPP) .....	136
6.3. Confissão (arts. 197 a 200 CPP) .....	139
6.4. Perguntas ao ofendido (art. 201 CPP) .....	140
6.5. Testemunhas (arts. 202 a 225 CPP) .....	141
6.6. Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 CPP) .....	145

## Sumário

6.7. Acareação (arts. 229 e 230 CPP) .....	145
6.8. Documentos (arts. 231 a 238 CPP) .....	146
6.9. Indícios (art. 239 CPP) .....	146
6.10. Busca e apreensão (arts. 240 a 250 CPP e art. 5º, XI, CF) .....	147

## CAPÍTULO XII

### SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....

1. Juiz.....	149
1.1. Breves noções .....	149
1.2. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251 CPP).....	149
1.3. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253 CPP) .....	149
1.4. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254 CPP) .....	150
1.5. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255 CPP) .....	150
1.6. Criação proposital de animosidade por má-fé (art. 256 CPP) .....	150
2. Ministério Público .....	150
2.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257 CPP) .....	150
2.2. Impedimento do membro do Ministério Público (art. 258 CPP) .....	151
3. Acusado.....	151
3.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259 CPP) .....	151
3.2. Condução coercitiva do réu (art. 260 CPP).....	152
3.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261 CPP) .....	152
4. Curador (art. 262 CPP) .....	153
5. Defensor.....	153
5.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264 CPP) .....	153
5.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265 CPP) .....	154
5.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267 CPP) .....	155
6. Assistente de acusação .....	155

## CAPÍTULO XIII

### PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....

1. Noções gerais sobre prisão e medidas cautelares .....	159
2. O Judiciário como fiscal da legalidade da prisão (art. 5º, LXV, CF e art. 310, I a III, CPP) .....	161
3. Formalidades da prisão (arts. 283 a 300 CPP) .....	162
4. Modalidades de prisão .....	165
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89) .....	165

## Sumário

4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310 CPP).....	167
4.2.1. Noções gerais .....	167
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório (art. 301 CPP) .....	168
4.2.3. Espécies de prisão em flagrante (art. 302 CPP).....	168
4.2.3.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP) .....	168
4.2.3.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP) .....	168
4.2.3.3. Flagrante presumido (art. 302, IV, CPP) .....	169
4.2.3.4. Flagrante preparado ou provocado (Súmula 145 STF) .....	169
4.2.3.5. Flagrante forjado .....	170
4.2.3.6. Flagrante esperado .....	170
4.2.3.7. Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, art. 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13) .....	170
4.2.3.8. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP) .....	171
4.2.4. Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305 CPP) .....	171
4.2.5. Controle jurisdicional da prisão em flagrante (arts. 306 a 308 CPP) .....	171
4.3. Prisão preventiva .....	172
4.3.1. Noções gerais.....	172
4.3.2. Momento de decretação (art. 311 CPP) .....	172
4.3.3. Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312 CPP) .....	173
4.3.4. Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314 CPP) .....	174
4.3.5. Fundamentação da prisão preventiva (art. 315 CPP) .....	174
4.3.6. Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva (art. 316 CPP) .....	174
4.4. Prisão domiciliar (arts. 317 e 318 CPP) .....	175
4.5. Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP) .....	176
4.6. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, parágrafo 1º, CPP) .....	176
5. Outras medidas cautelares (arts. 319 e 320 CPP) .....	177
6. Liberdade provisória .....	177
6.1. Noções gerais .....	177
6.2. Liberdade provisória com fiança .....	179
6.2.1. Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324 CPP) .....	179
6.2.2. Valor da fiança (arts. 325 e 326 CPP) .....	180

## Sumário

6.2.3. Condições da fiança (arts. 327, 328 e 341 CPP) .....	181
6.2.4. Fiança definitiva (art. 330 CPP) .....	181
6.2.5. Consequências possíveis da fiança .....	182
6.3. Liberdade provisória sem fiança .....	183

## CAPÍTULO XIV

### CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....187

1. Conceito de citação.....	187
2. Espécies de citação.....	187
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357 CPP).....	187
2.2. Citação do militar (art. 358 CPP) .....	188
2.3. Citação do funcionário público (art. 359 CPP) .....	188
2.4. Citação do réu preso (art. 360 CPP) .....	189
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366 CPP) .....	189
2.6. Citação por hora certa (art. 362 CPP) .....	190
3. Suspensão do processo (art. 366 CPP).....	191
4. A revelia no processo penal (art. 367 CPP).....	191
5. Conceito de intimação .....	191
6. Procedimento para as intimações (arts. 370 A 372 CPP) .....	192

## CAPÍTULO XV

### SENTENÇA.....193

1. Noções gerais .....	193
2. Conteúdo da sentença (art. 381 CPP) .....	193
3. <i>Emendatio libelli</i> ou modificação da definição jurídica do fato (art. 383 CPP).....	194
4. <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 CPP).....	195
5. Independência do juiz na sentença (art. 385 CPP) .....	197
6. Sentença absolutória (art. 386 CPP).....	197
7. Sentença condenatória (art. 387 CPP).....	199
8. Forma da sentença (art. 388 CPP).....	200
9. Publicação e intimação da sentença (arts. 389 a 392 CPP).....	200

## CAPÍTULO XVI

### PROCEDIMENTOS.....203

1. Procedimento comum e procedimento especial (art. 394, <i>caput</i> , e §§ 1º e 2º, CPP) .....	203
2. Procedimento comum ordinário (arts. 395 a 405 CPP) .....	204

## Sumário

3. Procedimento comum sumário (arts. 531 a 538 CPP).....	208
4. Procedimento comum sumaríssimo (Lei nº 9.099/95) .....	210
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95) .....	211
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95) .....	213
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95) .....	215
5. Procedimento especial do tribunal do júri (arts. 406 a 497 CPP) .....	216
5.1 Competência .....	216
5.2 Composição .....	216
5.3 Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF) .....	217
5.4 Procedimento bifásico .....	217
5.5 Pronúncia (art. 413 CPP) .....	218
5.6 Impronúncia (art. 414 CPP) .....	220
5.7 Absolvição sumária (art. 415 CPP) .....	221
5.8 Desclassificação (art. 419 CPP) .....	221
5.9 Fase do julgamento .....	222
5.10 Desaforamento (arts. 427 e 428 CPP) .....	222
5.11 Jurados .....	223
5.12 O julgamento .....	224
5.13 Debates orais .....	225
5.14 Quesitos .....	227
6. Procedimento dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/05) .....	228
7. Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (arts. 513 A 518 CPP) .....	229
8. Procedimento dos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 CPP).....	231
9. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-i CPP) .....	231
10. Procedimento dos crimes de tóxicos (Lei nº 11.343/06 – Lei de tóxicos).....	232
<b>CAPÍTULO XVII</b>	
<b>NULIDADES.....</b>	<b>235</b>
1. Noções gerais .....	235
2. Espécies de nulidades.....	235
3. Princípios regentes das nulidades.....	236
3.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563 CPP) .....	236
3.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565 CPP) .....	236
3.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565 CPP) .....	236

## Sumário

3.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566 CPP) .....	236
3.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP) .....	236
4. Espécies de nulidade absoluta .....	237
4.1. Incompetência .....	237
4.2. Impedimento e suspeição .....	238
4.3. Suborno do juiz .....	238
4.4. Illegitimidade de parte .....	238
4.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação .....	238
4.6. Ausência do exame de corpo de delito .....	238
4.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador .....	239
4.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório .....	239
4.9. Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia .....	239
4.10. Ausência do réu e realização da sessão .....	239
4.11. <i>Quorum</i> para a instalação da sessão do Júri .....	240
4.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados .....	240
4.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas .....	240
4.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri .....	240
4.15. Ausência da sentença .....	240
4.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício .....	240
4.17. Ausência de intimação para recurso .....	240
4.18. Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão .....	241
4.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas .....	241
5. Espécies de nulidade relativa.....	241
5.1. Infringência à regra de prevenção .....	241
5.2. Falta de intervenção do Ministério Público .....	241
5.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa .....	241
5.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia .....	241
5.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade .....	242
5.6. Ausência da forma legal dos atos processuais .....	242
6. Momento para a arguição das nulidades relativas (art. 571 CPP) .....	242
7. Convalidação das nulidades relativas.....	243
<b>CAPÍTULO XVIII</b>	
<b>RECURSOS.....</b>	<b>245</b>
1. Teoria geral dos recursos .....	245

**Sumário**

1.1. Noções gerais .....	245
1.2. Características .....	245
1.3. Efeitos .....	248
1.4. Recurso de ofício (art. 574 CPP) .....	249
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575 CPP) .....	249
1.6. Vedaçāo de desistência do recurso pelo Ministério Públīco (art. 576 CPP) .....	250
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577 CPP) .....	250
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	250
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 CPP) .....	251
2. Apelação.....	252
2.1. Noções gerais .....	252
2.2. Interposição .....	252
2.3. Cabimento .....	253
2.4. Processamento .....	253
2.5. Julgamento .....	254
3. Recurso em sentido estrito.....	254
3.1. Noções gerais .....	254
3.2. Interposição .....	254
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581 CPP).....	255
3.4. Processamento .....	256
3.5. Julgamento .....	257
4. Embargos de declaração.....	257
4.1. Noções gerais .....	257
4.2. Interposição .....	257
4.3. Hipóteses de cabimento .....	257
4.4. Processamento .....	258
4.5. Julgamento .....	258
5. Embargos infringentes e de nulidade.....	259
5.1. Noções gerais .....	259
5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP) .....	259
5.3. Hipóteses de cabimento .....	259
5.4. Processamento .....	260
5.5. Julgamento .....	260
6. Carta testemunhal .....	260
6.1. Noções gerais.....	260
6.2. Interposição (art. 640 CPP) .....	261

**Sumário**

6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639 CPP).....	261
6.4. Processamento (art. 643 CPP) .....	261
6.5. Julgamento .....	262
7. Recurso ordinário constitucional.....	262
8. Recurso especial e recurso extraordinário.....	263
9. Agravo em execução.....	264
<b>CAPÍTULO XIX</b>	
<b>AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....</b>	
1. Noções gerais .....	267
2. Revisão criminal.....	267
2.1. Noções gerais.....	267
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622 CPP) .....	268
2.3. Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623 CPP) .....	268
2.4. Competência .....	268
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628 CPP).....	269
2.6. Sucessores (art. 631 CPP) .....	269
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630 CPP) .....	269
3. <i>Habeas corpus</i> .....	271
3.1. Noções gerais .....	271
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648 CPP) .....	272
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647 CPP).....	272
3.4. Competência (art. 650 CPP) .....	273
3.5. Legitimidades ativa e passiva .....	273
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP).....	274
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664 CPP) .....	274
3.8. Julgamento .....	274
4. Mandado de segurança em matéria criminal .....	274
4.1. Noções gerais .....	274
4.2. Hipóteses de cabimento .....	275
4.3. Competência .....	276
4.4. Legitimidades ativa e passiva .....	276
4.5. Procedimento .....	276
4.6. Julgamento .....	277
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	
	279